

**A Proto-história, como motivação para fruição da paisagem
– Oportunidade para interpretação do território de Faílde**

Susana Isabel dos Anjos Afonso Santos

Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança
na obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Recursos Florestais

Orientador: Professor Doutor José Castro

Bragança

Dezembro, 2014

AGRADECIMENTOS

“A natureza não faz nada em vão.” (Aristóteles)

Quero agradecer à instituição que me acolheu e me enriqueceu pessoal e profissionalmente o Instituto Politécnico de Bragança, em especial à Escola Superior Agrária.

Ao Prof. Doutor José Castro, meu orientador, muito agradeço, a forma como sempre me transmitiu o seu saber, no empenho com que me orientou.

Ao Manuel Santos, do Museu D. Diogo de Sousa que quando foi solicitado prontamente me cedeu documentos fulcrais para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, pelos valores transmitidos, amor, carinho e dedicação. É a eles que devo a realização deste sonho.

À Ana Araujo por me ensinar que as guerreiras ainda existem, e que com perserverança alcançamos os nossos objectivos.

À Silvia Vale, e à Cristina Moutinho por todo o apoio, ajuda, e carinho dado em momentos fulcrais.

À Cláudia Rodrigues, à Filipa Sumares, e à Cristiana Pires pelas vezes que acreditaram mais em mim que eu própria.

À Sofia Padrão, ao Flávio Xavier, à Ana Rodrigues por suportarem as minhas faltas, e por vezes fazerem o meu trabalho, por me ajudarem, e me terem acompanhado neste percurso.

Na impossibilidade de mencionar toda a gente, agradeço a todos os que me acompanharam e apoiaram durante esta “caminhada”.

Dedico este trabalho ao avô João, e ao avô Adelino que apesar de não terem estado a meu lado durante o meu percurso académico superior sempre acreditaram e enalteceram as minhas capacidades.

DESIGNAÇÃO DE ABREVIATURAS

BTT - Bicicleta Todo Terreno

ONU - Organização das Nações Unidas

SIG – Sistemas de Informação Geográficos

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

PAVT – Parque Arqueológico do Vale do Terva

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RESUMO

O presente trabalho aborda o valor da arqueologia, e mais concretamente da Proto-história, como motivação para a fruição da paisagem e como oportunidade para a sua interpretação, bem como as principais características deste património no território do concelho de Bragança, os seus principais investigadores e a sua distribuição. Este conhecimento é o ponto de partida para a elaboração de todo um programa de fruição da paisagem com base em percursos pedestres que se pretendem, simultaneamente, valorizados pela beleza do espaço natural e rural percorrido, pelo conforto e gratificação inerente à atividade física, e pelo desafio intelectual que significa a interpretação do domínio do território pelo homem ao longo dos tempos.

O surgir do turismo arqueológico trouxe uma nova forma de observar e interpretar a paisagem. Assim sendo, faremos um estudo geral da arqueologia que em conjunto com a ecologia permitem abordar especificamente o caso de estudo da aldeia de Faílde; uma vez que se trata de uma zona bastante rica em termos arqueológicos e paisagísticos, o que permite demonstrar as oportunidades para o futuro desenvolvimento do projeto de turismo arqueológico. Desta forma, iremos criar uma “aliança” entre arqueologia e turismo, dando a Faílde uma forma de desenvolvimento local, possibilitando a atração turística.

Palavras-chave: Turismo de natureza, turismo arqueológico, arqueossítios, acesso ao turismo, gestão de turismo, SIG, proto-história, arqueoturismo

ABSTRAT

The present work discusses the value of archeology, and more specifically the Proto-history, as the motivation for the enjoyment of the countryside and as an opportunity for their interpretation, as well as the main characteristics of this heritage in the territory of the municipality of Bragança, their principal investigators and their distribution. This knowledge is the starting point for the elaboration of a whole program of enjoyment of the landscape based on pedestrian paths that you want to at the same time, valued by the beauty of the countryside and rural travelled, by comfort and gratification inherent in physical activity, and the intellectual challenge that means the interpretation of the domain of the territory by man throughout the ages.

The arise of archaeological tourism has brought a new way of observing and interpreting the landscape. Thus, we will do a general study of archeology that in conjunction with the ecology to address specifically the case study of the village of Faílde; because it is an area very rich in archaeological and landscape, which allows us to demonstrate the opportunities for the future development of the project of archaeological tourism. This way, we will create an "alliance" between archeology and tourism, giving Faílde a form of local development, enabling the tourist attraction.

Keywords: nature tourism, archaeological tourism, archaeological places, access to tourism, management of tourism, SIG, proto-history

INDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
DESIGNAÇÃO DE ABREVIATURAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRAT	v
INDICE DE FIGURAS	vii
Introdução	1
Capitulo I - A ocupação do tempo livre ao longo dos tempos	4
I.1. A dicotomia Desporto/Descoberta na procura da Natureza	7
I.2. A arqueologia como motivação para a fruição da paisagem da Terra Fria.....	11
Capitulo II - A proto-história na região de Bragança	15
II.1. Morfologia e tipologia dos povoados proto-históricos	19
Capitulo III - O caso de Faílde	22
III.1. O meio natural	24
III.2 Traçado do percurso da proto-história de Faílde	26
III.3. Descrição do percurso e sua paisagem	27
III.4. Sobre a narrativa para a sua interpretação	32
III:5. Sobre os elementos, materiais e equipamentos para a sua fruição	34
Conclusão	40
Bibliografia.....	41
Webgrafia	44
ANEXOS	45
ANEXO 1	46
ANEXO 2	48

INDICE DE FIGURAS

Figura 1- Distribuição espacial dos povoados proto-históricos referenciados por Lemos (1993) para o concelho de Bragança.	2
Figura 2- Grupo de jovens presentes num campo de trabalho internacional.	7
Figura 3 – Percurso pedestre realizado por crianças na Aldeia de Rio d’ Onor.	9
Figura 4 – Exemplos de referências proto-históricas do concelho de Bragança.	11
Figura 5 – Possível muralha e bacia visual do Castro Mau de Coelhoso.	12
Figura 6 - Distribuição dos povoados Proto-históricos no concelho de Bragança.	16
Figura 7 – Análise corológica (acessibilidade, visibilidade, interioridade e naturalidade) dos povoados Proto-históricos no concelho de Bragança.	17
Figura 8- Mapa de Uso do Solo da Freguesia de Faílde. Fonte: Lemos, 1993	25
Figura 9 – Percurso arqueológico da aldeia de Faílde.	29
Figura 10 – Ribeira do Penacal.	30
Figura 11 – Área de Castinçal, com grandes quantidades de cogumelos perigosos (alucinogénios).	31
Figura 12 – Alunos de Engenharia do Ambiente analisando a paisagem de um povoado proto-histórico – Castro Mau, Bragança.	33
Figura 13 - Área de influência do povoado de Cidadelhe de Faílde.	33
Figura 14 – Vista do Parque Arqueológico do Vale do Terva.	34
Figura 15 - Marcas usadas nas Pequenas Rotas. (Fonte: Braga, 2005).	36
Figura 16 – Totem de sinalização de percurso. (Fonte: http://montanha-sempreaqui.blogspot.pt/).	36
Figura 17 – Mesas interpretativas. (Fonte: http://www.geoturismo.es/).	37
Figura 18 – Local de pic-nic. (Fonte: http://www.floema.pt/).	37

Introdução

Numa sociedade cada vez mais urbana e, conseqüentemente, mais curiosa e sedenta de formas de lazer voltadas para os ambientes naturais, torna-se premente também a criação de programas cada vez mais elaborados para a fruição e interpretação do espaço natural.

É crescente a procura de atividades que nos levem ao contacto com a natureza, e cada um tem as suas próprias motivações.

Inicialmente motivadas pela preocupação com a saúde, é comum hoje em dia depararmos-nos com motivações como por exemplo: a observação de fauna ou flora, a fotografia, ou a arqueologia, atualmente em expansão e que motiva cada vez mais pessoas a procurarem novos locais, o chamado “turismo arqueológico”. Este turismo pode também ser intitulado de arqueoturismo que “consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática” (Manzato, 2005)

O estudo da arqueologia de uma paisagem em conjunto com o da sua ecologia permite interpretar a evolução da utilização do solo pelo homem e a sua influência sobre o território. Tendo como base o registo arqueológico, podem ser estudados os processos de longo prazo, as questões de uso do solo e a influência humana sobre a heterogeneidade da paisagem.

Em particular, o turismo arqueológico foca-se no fornecimento de acessos para a interpretação das características e métodos de implementação dos povoados proto-históricos. O turismo arqueológico tem também a obrigação de consciencializar as populações para a conservação dos sítios arqueológicos.



Figura 1- Distribuição espacial dos povoados proto-históricos referenciados por Lemos (1993) para o concelho de Bragança.

Como refere Veloso (2007), na década de 1970 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial criaram linhas de financiamento para a restauração e conservação de edifícios, cidades históricas e sítios arqueológicos.

É neste sentido que pretendemos ir ao encontro das oportunidades que se nos abrem com a proto-história, a saber:

- Sítios e paisagens com localização remota de elevado potencial para o turismo de natureza;
- Percursos de grandes horizontes com locais de paragem em elevações de terreno adequado à recuperação do exercício pedestre;
- Interpretação histórica passível de ser complementada com informação sobre o desenvolvimento do meio físico e sua dinâmica ecológica.

Assim, são objetivos deste trabalho:

- Reunir e organizar informação sobre o padrão e a dinâmica da ocupação proto-histórica no Concelho de Bragança;
- Analisar a distribuição espacial dos povoados fortificados e fazer a leitura da sua paisagem física e histórica;
- Desenhar um percurso de reconhecimento e interpretação da proto-história local para diferentes públicos e motivações

O objetivo primordial com a criação deste percurso é despertar consciências para a arqueologia não de forma isolada, mas em encadeamento com a sua vida natural animal e vegetal, e as tradições culturais habitações humanas tradicionais.

A arqueologia enquanto factor económico impulsionador do concelho de Bragança não tem tido grande relevância; no entanto, grande parte da população sabe da sua presença (figura 1). A criação do percurso pedestre é uma forma eficaz de preservação, e igualmente de divulgação, de um conjunto de sítios arqueológicos (povoados proto-históricos) que se caracterizam pela sua integração numa paisagem preservada.

Este trabalho não pode ser desenvolvido sem que antes haja uma revisão de conceitos relacionados com o usufruto da paisagem.

Hoje em dia o conceito de paisagem é um conceito amplo que está relacionado com várias disciplinas científicas desde a geografia às artes plásticas, passando pelos recursos florestais e pela psicologia. “ A paisagem é um mosaico quilométrico no qual são recorrentes os ecossistemas locais. Assim, a ecologia da paisagem é simplesmente a ecologia das paisagens" (Forman 1995).

Como refere Emídio (2006) a paisagem é um conhecimento estético que conflui em sensações e juízos de valor. É através do conhecimento estético que surge o conceito de contemplar a paisagem. A contemplação é uma atitude profunda e forte, é saber aquilo que se está a ver, esta atitude não é acessível a todos, pois é necessário haver conhecimento estético. Esta atitude de contemplação é solitária, requer uma intuição intelectual, livre, penetrante, tranquila e intensamente sintética. Para existir a contemplação é necessário um espaço livre, este conceito foi primariamente usado na Grécia em que os espaços assumem função pública sendo considerados locais de passeio, conversa e lazer da comunidade.

Surge então a ideia de turismo na natureza que envolve actividade de animação e educação ambiental; interpretação, contemplação e usufruto da natureza nas suas diferentes vertentes (ex: passeios a pé, de bicicleta, a cavalo, observação de aves, canoagem, escalada, orientação, etc). Essas actividades visam promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios das Áreas Protegidas.

Este tipo de turismo proporciona ao seu visitante uma consciência histórica, esta ser entendida como uma representação social que uma coletividade adquire advinda de seu desenvolvimento no espaço e no tempo. É o conceito que permite ao homem entender a dimensão da sua própria história, sem o qual o homem não poderia entender quem ele é ou o que foi.

A consciência histórica é trabalhada de acordo com o património natural, pois tem valor não só a nível da biodiversidade, mas também económico ou paisagístico, e por isso merece ser protegido pela sociedade. Este património está em contacto com o homem, interagindo, e até mesmo interpondo-se no seu quotidiano. O património histórico é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo, ou seja, é o nosso espólio.

Capítulo I - A ocupação do tempo livre ao longo dos tempos

O conceito de tempo livre/ócio nem sempre existiu, e sofreu algumas mutações ao longo dos tempos.

A investigação histórica, arqueológica e antropológica recente tem mostrado que também os nossos ancestrais foram capazes de manipular e modificar o mundo natural para seu benefício através do uso de fogo e caça.

Pode-se afirmar que o homem de uma forma ou de outra sempre teve uma grande relação com a natureza, seja ela uma relação de proteção ou de usufruto dos bens que ela produz e coloca à sua disposição (Castro, 2011).

A ideia dos caçadores-recolectores do Paleolítico terem vivido em “harmonia” com a natureza é aceite, segundo Castro (2011). No entanto temos que ter noção que neste período histórico “harmonia” não detém o mesmo significado que detém nos dias de hoje, ou seja, esta “harmonia paleolítica” implica que a natureza forneça alimento, abrigos geralmente em grutas, e recursos para aquecimento. O homem era ainda parte integrante da natureza; mais tarde com a “revolução agrícola” do Neolítico passa a existir uma divisão entre a natureza e o homem, (Castro, 2011).

“Os sistemas e as práticas de exploração do meio implicaram a abertura de áreas extensas à custa da queima de florestas pristinas” (Castro, 2011)

Na época Medieval o homem constrói uma outra versão da natureza, tendo por base a teologia. A floresta era considerada uma “selva com feras horríveis”, desta forma arrotear e domesticar era entendido como um contributo para o cumprimento da vontade de Deus, tentando chegar à perfeição (Castro, 2011).

Por outro lado, o Renascimento via a natureza como algo puro, que deveria ser conservado.

“Na visão, renascentista, o mundo seria como um organismo divino em que cada planta ou animal teria o seu lugar atribuído por Deus, e este lugar teria de ser encontrado na *scala naturae* de Aristóteles, a designada “escala da natureza” (Collingwood 1981 citado por Castro 2011).

Inicialmente a fruição na floresta era baseada em caçadas, posteriormente expandiu-se para caminhadas, passeios, recolção de plantas ou flores para colocar em herbários, a jardinagem, o desenho e a pintura de temas naturais, e os piqueniques constituíam formas agradáveis de desfrutar da natureza. Posteriormente e com “os avanços da medicina e da higiene levaram à procura de ambientes e hábitos saudáveis” (Burnay, 2010).

As marcas da ocupação do tempo livre na natureza pela realeza são notórias no nosso país onde existiam espaços especiais reservados para a realização dessa actividade, as denominadas Tapadas.

O recreio em zonas de Floresta remonta aos tempos medievais quando os reis e aristocratas participavam em caçadas. No século XVIII o turismo começou, quando a população mais rica embarcava em grandes viagens, atravessando os Alpes, e posteriormente visitando outros locais da Europa, tendo acesso à natureza “selvagem”, proporcionada por montanhas, lagos, zonas costeiras, e florestas (Bell, 2008).

Eça de Queiroz no seu romance “Os Maias” enaltecia o valor da natureza, do campo e a sua necessidade para a sociedade consumidora. “O campo - disse então D. Diogo, passando gravemente os dedos pelos bigodes – tem uma certa vantagem para a sociedade, para se fazer um bonito piquenique, para uma burricada, para uma partida de croquet sem campo não há sociedade.”¹

No século XIX os burgueses, grandes latifundiários e industriais, deixaram-se conquistar pelo usufruto do ócio/tempo livre e passaram a usufruir das termas, em especial as que se situavam em zonas de montanha.

Enquanto anteriormente as tapadas são só para a realeza, neste momento existe uma abertura para as denominadas classes médias. As florestas reais foram um dos primeiros tipos de parques a serem abertos ao público, muitas vezes devido à pressão social e por outro lado devido ao crescimento das cidades (Probstl et al., 2008).

Em Portugal, com a criação de várias entidades direcionadas para o turismo, como por exemplo, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), as classes trabalhadoras urbanas tiveram oportunidade para usufruir de algum tempo livre para relaxar no campo, na praia, que ainda não se encontrava tão urbanizada como atualmente, de forma a sair um pouco dos bairros industriais onde moravam durante todo o ano.

O turismo de massa é um fenómeno recente, pós-Segunda Guerra Mundial, e não tem a mesma representatividade para todas as cidades (Barbosa, 2005).

Durante a década de 1960 e 1970 houve um enorme aumento do uso recreativo das florestas, esse aumento levou à criação de novas formas de áreas protegidas com foco

¹ Eça de Queiroz, Os Maias, 1888

na função social, como o "Parque Natural", que proporciona uma bela paisagem (Toepfer, 1956 citado por Probstl et al., 2008).

Na sociedade actual, o lazer significa consumo e não descanso, o maior exemplo disso são os “shoppings centers”, que são um espaço destinado a proporcionar momentos de lazer, e onde se encontra tudo o que a sociedade actual precisa (Piucco, 2005).



Figura 2- Grupo de jovens presentes num campo de trabalho internacional.

Contudo os jovens não costumam interessar-se pelas actividades que a sociedade adulta em geral identifica como obrigatórias, assim sendo procuram cada vez mais alternativas de lazer (figura 2).

I.1. A dicotomia Desporto/Descoberta na procura da Natureza

As dinâmicas sociais mais urbanas têm vindo a privilegiar a procura de actividades ao ar livre e de contacto com a natureza, fugindo ao stress urbano.

O facto do turismo se encontrar relacionado com grande parte dos sectores de actividade social, leva a que existam tantas definições quantas os autores que tratam o assunto (Beni, 2005 citado por Cunha, 2010). De acordo com o tipo de turismo a definição é alterada dando primazia ao objectivo principal, ou ao aspeto a que se refere.

Em 1993 a Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o termo “visitante” passando a ser o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo, dividindo-o em duas categorias:

- ✓ **Turista:** “visitantes cuja estada é pelo menos de uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado”;

- ✓ **Visitantes do dia:** “é qualquer pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer uma actividade remunerada no local visitado” (United Nations, 1994 citado por Cunha, 2010).

Este género desportivo, que é designado de actividades recreativas de natureza, iniciou-se na década de 1970 nos países desenvolvidos (Betran, 1995).

É neste âmbito que o papel da floresta tem vindo a evoluir, assumindo claramente uma função social. “A função social da floresta é abordada hoje de forma mais explícita que no passado” (Ribeiro et al., 2005)

O declínio do sector primário e as profundas alterações estruturais da agricultura, levaram a que as diversas formas de turismo no espaço rural tenham sido consideradas importantes oportunidades para essas regiões (Ribeiro et al., 2005).

O turismo de natureza é a forma de turismo mais complexa, pois tem que se avaliar vários factores como: equilíbrio ambiental, conforto do turista, conservação da biodiversidade e da geodiversidade.

Este género de turismo pode ser diferenciado em três grandes grupos: “Natureza *Soft*”, “Natureza *Hard*” e “Natureza Exótica”, relacionados com o grau de envolvimento com a Natureza:

- “Natureza *Soft*”: pressupõe um envolvimento “leve” com a Natureza, assente no usufruto simples para lazer e descanso (contemplativo) (figura 3).
- “Natureza *Hard*”: pressupõe um envolvimento “mais intenso” com a Natureza, abrangendo a realização de actividades dirigidas, como a observação de aves, a observação da flora e fauna, a fotografia, os passeios pedestres ligeiros, entre outras.
- “Natureza Exótica”: pressupõe um envolvimento “profundo/muito forte” com a Natureza, o qual se traduz na experiência ou vivência dos ciclos da Natureza sem intervenção significativa do Homem, assente na pouca sofisticação organizativa, alojamento em condições pouco estruturadas e apoio das comunidades locais etc. (Gamito, 2008).



Figura 3 – Percurso pedestre realizado por crianças na Aldeia de Rio d' Onor.

Os aspectos ligados ao recreio em espaços florestais começaram a ser abordados de forma científica recentemente, em países mais urbanizados e menos florestados.

A crescente procura das florestas leva a que exista grande pressão social e que estas se comecem a degradar, e por isso há novas florestas a serem instaladas com o objetivo claro de lazer e recreio público.

Os desportos estão cada vez mais ligados à natureza, existe já um conjunto de modalidades denominadas de desporto de natureza ou desporto de aventura.

As actividades físicas de aventura estão em crescimento pois proporcionam sensações, emoções e perceções bastante diversas daquelas do quotidiano (Piucco, 2005).

Segundo Luque Gil (2003) existem três perfis de turista que são:

- **Perfil recreativo** (passeios, pic-nics, observação da natureza de forma contemplativa); encontra-se directamente relacionado com os idosos, e com os casais com crianças para que a segunda geração comece a ter interação com a natureza, inicie as boas práticas ambientais, e que crie uma relação próxima com a natureza, muitas vezes este tipo de turista aproveita os parques verdes existentes nas cidades/vilas, ou nas proximidades.
- **Perfil interpretativo-educativo** (rotas ecológicas, visitas de indole científico, etc); neste tipo podemos inserir o visitante, e o turista. É um perfil específico, em que a população que aí se desloca tem que ter uma motivação específica para visitar o local.

- **Perfil lúdico-desportivo;** A realização de desporto é o que move este tipo de turista, a sensação de liberdade. Pode usufruir da natureza no momento das refeições, se estas forem executadas ao ar livre, no caso da escalada usufrui da natureza quando chega ao cimo da escharpa e contempla a paisagem.

Em países envelhecidos como é o caso de Portugal, os idosos têm cada vez mais necessidades específicas, o turismo de natureza, em especial o pedestrianismo é uma forma de combater o isolamento que muitas vezes afeta esta geração. Através do turismo criam-se não só hábitos de vida saudável, como também laços de afeto entre os participantes.

Segundo a legislação portuguesa, o pedestrianismo é “atividade de percorrer distâncias a pé, na natureza em que intervêm aspetos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites.” (Portaria nº 1465/2004, 17 de Dezembro).

Os pequenos espaços verdes urbanos arborizados fazem hoje parte da paisagem das cidades e vilas portuguesas, maioritariamente usados pela terceira idade e geridos pelos serviços dos respetivos municípios (Probstl et al., 2009).

O desporto de natureza antes era visto como um desporto perigoso, que punha a vida dos praticantes em risco, e hoje em dia é considerado uma prática saudável e ecológica (Betrán, 1995).

Para não se intreferer demasiado na natureza pode-se fazer um aproveitamento dos equipamentos já existentes, como por exemplo no caso da Grã-Bertanha, usaram-se as antigas explorações mineiras.

I.2. A arqueologia como motivação para a fruição da paisagem da Terra Fria

Segundo Veloso (2007) “ o turismo cultural tem procurado no património cultural uma nova fonte de atrativos turísticos visando não só atender a crescente demanda que se observa neste segmento, como também à formatação de novos e diferenciados produtos. Neste contexto inclui-se o património arqueológico, pois este é parte integrante do património cultural de uma nação”. (figura 4 e 5)



Figura 4 – Exemplos de referências proto-históricas do concelho de Bragança.

Através do turismo arqueológico podem-se criar recursos de maneira a que seja turismo sustentável, e incentivar à sua proteção através da interação com a população local.

A arqueologia como forma de turismo deve ser abordada em escalas distintas, como a região, a área cultural e a área envolvente do povoado.

Como refere Veloso (2007), a valorização do património arqueológico através da projeção social, educativa e cultural têm permitido o acesso ao património arqueológico e a investimentos financeiros de maneira a que este património se desenvolva. Os produtos turísticos relacionados com a arqueologia podem ser variados, desde percursos pedestres, a recreações históricas e apresentações de sabores históricos (comida típica da época).



Figura 5 – Possível muralha e bacia visual do Castro Mau de Coelhoso.

Em Braga existe um estabelecimento que faz parte da história da cidade as “Frigideiras do Cantinho” que fazem uma recreação de sabores ao apresentar o bolo romano. Como refere no site² “A receita deste doce foi adaptada de um tratado de cozinha, da época romana (De rocoquinaria), cuja autoria é atribuída a Apício, que sabemos ter nascido cerca de 25 anos antes de Cristo. Na composição desta receita entram vários alimentos de origem mediterrânica, tais como, os frutos secos, o vinho, o mel, as especiarias, para além dos ovos e do leite.” Os parques arqueológicos são uma forma de apresentar os locais como produto turístico e têm vindo a ganhar caminho na arqueologia, de forma a mostrar a arqueologia a todos os públicos.

O termo “parque” remete-nos directamente para o mundo do ócio e do entretenimento e verdadeiramente, a função essencial de um parque é dar-se a conhecer a um vasto público (Valle, 2001).

O turismo arqueológico encaixa nos três perfis definidos por Luque Gil (2003), cada um deles com atividades distintas, mas é uma forma de turismo multifacetada, que se pode

² <http://frigideirasdocantinho.pt/pt>

trabalhar de variadas formas, inclusive é possível trabalhar este turismo em zonas urbanizadas, como é o caso de Vigo, em que monte “d’ O Povoado” se encontra no centro da cidade e a par disso criou-se um parque verde.

No concelho de Bragança a arqueologia tem grande expressão, e essa pode ser a base de implantação de diversas actividades de desporto ao ar livre abordando essa temática.

“O turismo acaba por impingir transformações em três porções do espaço geográfico: pólos emissores de fluxos, os espaços de deslocamentos e os núcleos receptores de turistas.” (Barbosa; 2004)

A nível económico, o turismo é um bom promotor para o desenvolvimento do território.

“Assim direta e indiretamente, as actividades de natureza e lazer contribuem definitivamente para a melhoria das condições de vida de muitas pessoas, que dificilmente poderiam ter outra forma de sustento” (Seródio,2012)

Luque Gil (2003) considera que existem dois tipos de turismo:

- ✓ Turismo específico;
- ✓ Turismo genérico.

Denomina-se por turismo específico, todo o tipo de turismo que faz com que uma quantidade significativa de população se desloque a um determinado local em busca de algo que é considerado importante (ruínas arqueológicas, moinhos, forjas, etc), de certa forma este turismo depende da motivação do turista; o turismo genérico é aquele em que a motivação que predomina é descansar num local diferente da residência.

A arqueologia e a geologia deixaram de ser unicamente matéria de estudo passando a surgir como novas motivações para a procura das florestas como locais de recreio ou fruição.

Segundo Mendéz (1996) há uns anos havia poucos interessados neste tipo de turismo, hoje em dia é um amplo e crescente setor na sociedade. O autor divide o consumo arqueológico em dois: o consumo selectivo, que é procurado por quem tem capacidade de apreciar o património, um turismo mais científico; ou o consumo de massas, aquele que é procurado pelo público geral independentemente da motivação arqueológica.

O estudo da proto-história do concelho de Bragança está indelevelmente associada ao Abade de Baçal, impulsionador do estudo da região e a sua evolução. O seu trabalho intitulado “Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas” marcou uma época, e ainda hoje continua a ser o principal recurso documental usado para os mais diversos estudos.

O professor Armando Coelho trabalhou em vários projetos sobre cultura castreja local, cuja tese de doutoramento intitulada “A cultura castreja no Noroeste de Portugal”, publicada 1986, demonstra os seus aspetos mais relevantes. Concretamente em Bragança, esteve envolvido na exposição e respetivo catálogo “Ordo Zoelarum – Arqueologia e Identidade no Nordeste de Portugal”, em 2011. A realização desta exposição demonstrou a grande identidade e importância do território nesta época.

À semelhança do Professor Armando Coelho, também o professor Francisco Sande Lemos escolheu Trás-os-Montes como a zona de estudo para a sua tese de doutoramento publicada em 1993 e intitulada “Povoamento Romano em Trás-os-Montes Oriental”. Apesar do título nos remeter para a época romana, a verdade é que este trabalho abrange também as várias épocas, e os vários concelhos do Distrito de Bragança. É por isso uma base de dados notável de locais arqueológicos, nomeadamente o volume II.

O arqueólogo Armando Redentor através de estudos epigráficos deu novos e importantes testemunhos para reconhecer a importância do povo Zoela e posterior ocupação Romana.

Capítulo II - A proto-história na região de Bragança

A proto-história na região de Bragança está marcada pelos Zoelas; um importante povo pré-romano Astur, reconhecido com base nos testemunhos epigráficos, entre a província espanhola de Zamora e a região portuguesa de Trás-os-Montes. A sua importância vai de encontro à extensão do seu território, o *populi* com maior espaço na Península Ibérica.

Alarcão (1988) citado em Barranhão (2007) em descreve que o limite territorial dos Zoelas localizar-se-ia nos contrafortes da Serra de Bornes e Mogadouro, seguindo o Douro Internacional, criando assim os limites Sul e Oriental. Por outro lado o rio Tuela constituiria o limite ocidental. Como fronteira setentrional o autor aponta a Serra de Montesinho. Já segundo Lemos (1993) o território dos Zoelas seria limitado a Norte pela Serra da Segundera e de La Culebra, a Oriente pelo rio Esla e Douro, a Sul pela Serra de Bornes e da Navalheira e a Ocidente pela Serra da Nogueira e rio Rabaçal.

A implantação destes povoados proto-históricos implicava certamente a análise dos recursos existentes: a rede fluvial e disponibilidades hídricas; os recursos mineiros; o tipo, a capacidade e o uso do solo. Como refere Lemos (1993) “No quadro mediterrânico, por exemplo, em que o clima é irregular, o ritmo das estações variável, as disponibilidades hídricas escassas, a cobertura vegetal frágil, e os bons solos agrícolas pouco frequentes, uma gestão cuidadosa do meio ambiente e um conhecimento profundo dos recursos constituíram decerto as regras mínimas de sobrevivência dos povoados, e de exercício eficaz do poder pelos grupos ou elites dirigentes.”

As regiões de montanha em Portugal têm uma história de uso humano bastante extensa. A dominância da perturbação antrópica na dinâmica sucessional no território continental português iniciou-se, provavelmente, na montanha. A montanha ofereceu condições ecológicas particularmente favoráveis para as comunidades humanas durante todo o período agro-pastoril. A domesticação da paisagem natural pristina de montanha deixou sequelas severas na diversidade biológica e nos serviços dos ecossistemas mediados pelo solo (Aguiar et al., 2009).

As Serras Galaico-Durienses incluem os sistemas montanhosos interiores de Trás-os-Montes e podem ser organizadas em três linhas de elevações de orientação NE-SW: Padrela-Falperra, Alto de Justes e Serra de S. Domingos; Montesinho, Coroa, Nogueira, Serra de Bornes e planalto de Carrazeda; Variz, Mogadouro e Reboredo (Aguiar et al., 2009).

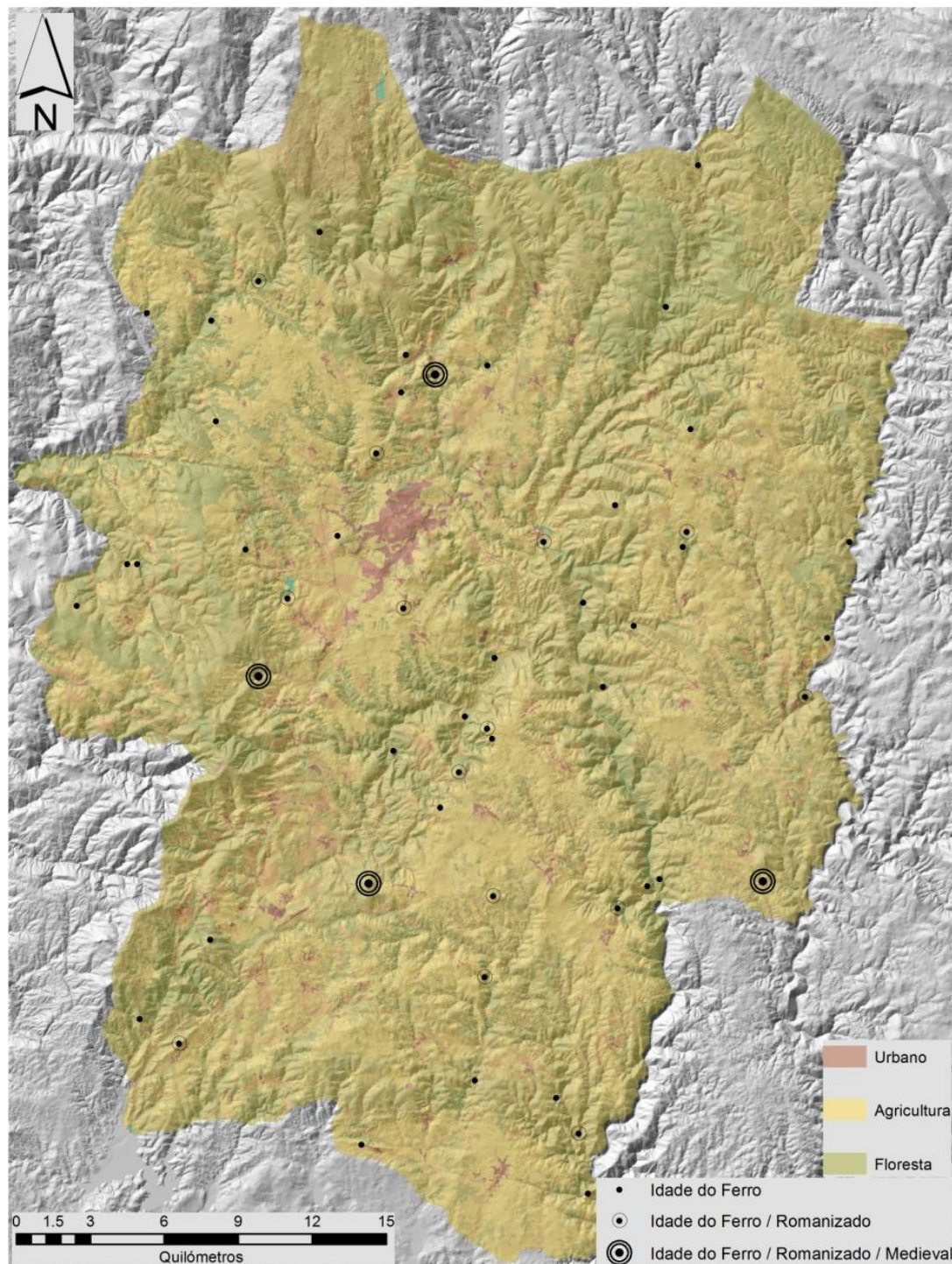


Figura 6 - Distribuição dos povoados Proto-históricos no concelho de Bragança.

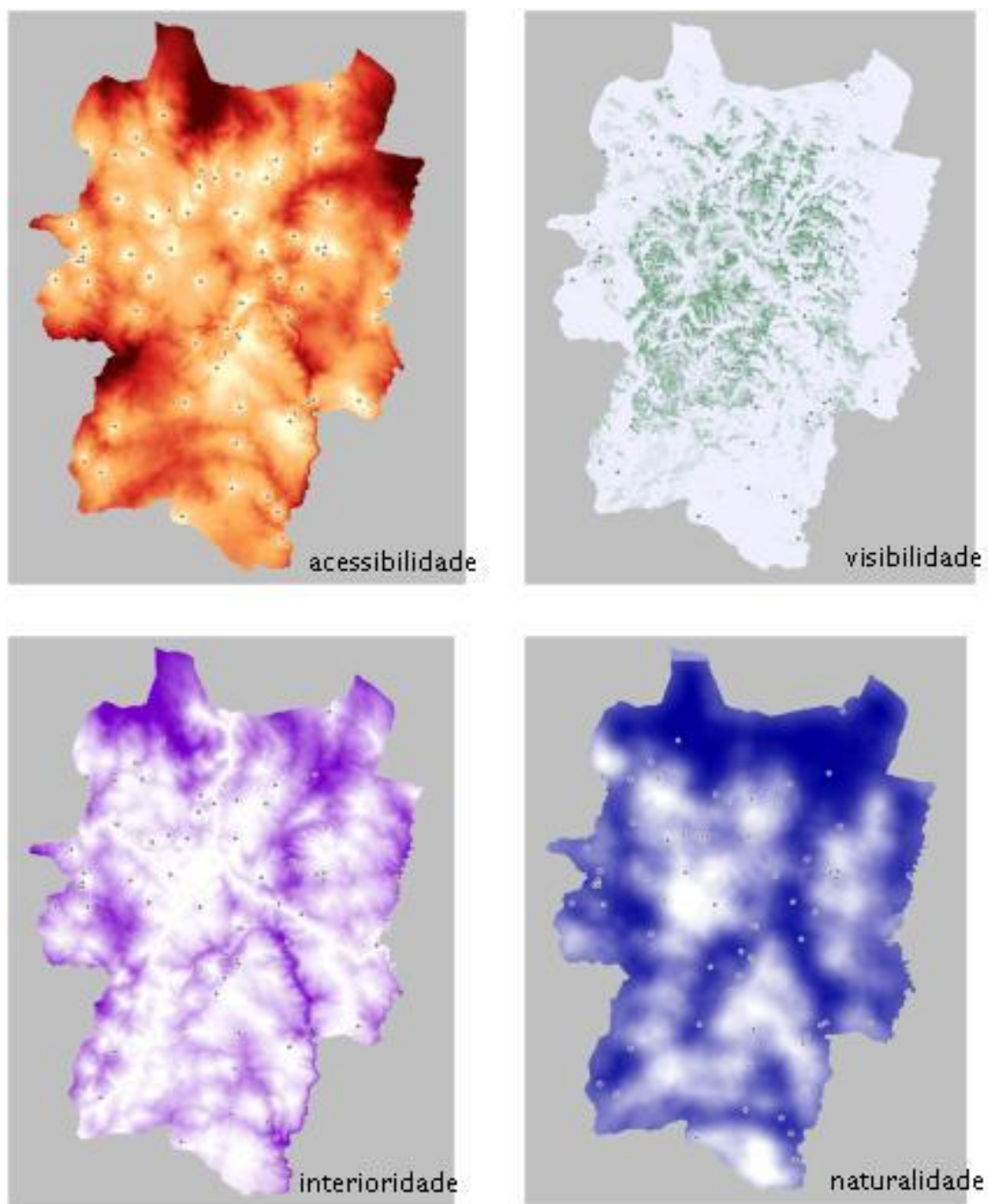


Figura 7 – Análise corológica (acessibilidade, visibilidade, interioridade e naturalidade) dos povoados Proto-históricos no concelho de Bragança.

Na zona da Terra Fria transmontana existem solos de aptidão agrícola, favoráveis para a cultura de cereais em pequenos planaltos e de maior espessura com aproveitamento como lameiros nas depressões do terreno.

A nível hidrográficos existem três bacias: a do Rio Sabor, Rabaçal e Tuela. Como narra Lemos 1993, “Um balanço hídrico favorável, e as potencialidades polivalentes dos solos

mais frequentes na zona (cambissolos), permitiram a grande densidade de povoamento da Idade do Ferro, e que parece ter-se ampliado na época romana”.

Nos cumes mais elevados, o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) domina com inúmeras matas; em solos mais profundos, cumeadas mais planas ou vales sombrios, existem pequenos bosques, que há semelhança das matas têm uma grande capacidade de regeneração.

“Logo que um plaino, ou uma encosta, ou uma pequena touça, deixa ser lavrada, imediatamente o carvalho negral se desenvolve, primeiro formando uma mata impenetrável, e ao cabo de muitos anos um bosque, de rara beleza, onde já é possível caminhar” (Lemos, 1993).

O carvalho negral é uma espécie bastante polivalente, formando um bosque que fornece madeira para aquecimento e construção, alimento para gado caprino, e habitat para caça; este aproveitamento das matas de carvalho pode ter raízes ancestrais e este facto pode analisar-se mediante a relação dos povoados em locais com e sem estas matas de carvalho, pois as densidades de povoados em locais arborizados são superiores, tanto no período Proto-Histórico, como no período Romano.

Assim como o carvalho negral árvore típica da Terra Fria, também o castanheiro (*Castanea sativa*), tem ainda hoje em dia, um importante papel na economia local, sendo apelidado como “Ouro Transmontano”. É nesta região que se encontra a maior área de castanheiro, seja em soutos, castinçais ou bosques. No entanto em períodos históricos anteriores não foi assim e na proto-história, a castanha teve um grande valor na dieta alimentar, ultrapassada mais tarde com a chegada da batata. “A expansão da batata, substituta parcelar da castanha na dieta alimentar das comunidades rurais da Terra Fria, diminuiu drasticamente o valor do castanheiro na economia agrária, sendo abatidas muitas árvores desta espécie, nomeadamente para aproveitamento directo da madeira, ou sua venda”. (Lemos, 1993).

Como refere Carballo Arceo (1995), existem povoados de grandes dimensões que controlam visualmente um vasto território (por ex., Sta. Trega, Troña, Povoado), pelo que podiam ter desempenhado em algum dos momentos da sua história o papel de lugares centrais ou núcleos de poder de determinadas regiões.

Segundo Oubiño (2002), haveria uma adaptação dos povoados ao espaço natural selecionado e os povoados colocados cronologicamente entre o Bronze Final/ Ferro Inicial situam-se em locais bastante proeminentes e inacessíveis; no entanto na segunda Idade do Ferro teria havido uma modificação significativa do terreno, com uma adaptação do espaço natural aos povoados, que passaram a situar-se em vales.

O mapa da figura 6 tem como objetivo a análise da distribuição das comunidades humanas anteriores à Romanização, nomeadamente a localização dos povoados fortificados da Proto-história, obtendo-se uma leitura da paisagem que quer na sua vertente física, quer na sua vertente histórica, justificará e motivará a sua descoberta pelo público. Enquanto os mapas da figura 7 têm como objetivo uma análise corológica relativa a acessibilidade, visibilidade, interioridade e naturalidade.

Os povoados proto-históricos localizam-se em zonas altas, de floresta. Os povoados que posteriormente foram romanizados regra geral estão localizados em zonas com minas – povoados de exploração mineira, possivelmente o caso do Povoado de Coelhooso, ou em locais com boa visibilidade que proporciona-se uma ampla bacia visual, que terá sido o caso do Alto de Carocedo. Durante a época medieval foram poucos os povoados reocupados, dos 52 povoados identificados no mapa, apenas 4 foram habitados em época medieval, ou só esses teriam vestígios medievais, usualmente localizavam-se em vales junto a terrenos agrícolas férteis.

Os locais onde o homem habitou nem sempre foram os mesmos, e este mapa demonstra os movimentos sociais realizados ao longo dos anos.

II.1. Morfologia e tipologia dos povoados proto-históricos

Segundo Lemos (1993), a área de influência dos povoados proto-históricos ocupariam 20% do seu território, divididos em 7 tipos – A, B, C, D, E1, E2 e F – dois dos quais não tem expressão no concelho de Bragança, (B e E2). Os povoados de tipo A surgem em situações de controlo geoestratégico da área envolvente e de corredores naturais de circulação, combinados com as excelentes condições defensivas proporcionadas por afloramentos rochosos. Os povoados de tipo C localizam-se nos contrafortes montanhosos, em cumeadas que usufruindo de excelentes condições geoestratégicas, proporcionam um amplo domínio sobre a paisagem envolvente. Os povoados de tipo D referem-se a relevos com forma de esporão, mais ou menos pronunciados e sobranceiros

a cursos de água de certa dimensão e situados em vales ou na bordadura dos planaltos, mas sempre na proximidade de rios ou ribeiros; os relevos escolhidos para o assentamento destes povoados nem sempre são os que oferecem melhores condições defensivas, perseguindo antes um equilíbrio de funções – abrigo, alimentação, etc. – em detrimento mesmo de aspetos de ordem estratégica e defensiva. Os povoados de tipo E1, instalados em arribas, caem a pique sobre profundos vales encaixados, com condições naturais de defesa excelentes, mas com o grau de controlo geoestratégico limitado pois embora controlem corredores naturais (os rios), em geral não possuem qualquer visibilidade sobre as áreas planálticas adjacentes. Os povoados de tipo F estão confinados à zona nuclear do território Zoela, em cabeços que se situam quer no interior de planaltos, quer nos seus limites, mas que em regra se elevam ligeiramente sobre o espaço circundante, dispondo assim dum amplo controlo visual. São situações com uma excelente localização geo-estratégica, pois não só dominam a paisagem do planalto como também os profundos vales dos rios que os bordejam. No seu conjunto, os povoados proto-históricos mais importantes nesta região seriam os do tipo D, foram inventariados 68 povoados, o que corresponde a uma percentagem de 40%, é o tipo de povoado mais difundido no território de Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993). São locais marcados por afloramentos rochosos que em alguns povoados constituíam uma parte da respetiva muralha; o tipo de vegetação difere relativamente ao posicionamento dos povoados e das suas aptidões anteriores. Estes estão estritamente ligados a zonas de cursos de água, locais bastante aliciantes em termos turísticos, por outro lado são locais com aptidão cinegética.

Com o processo de romanização, houve povoados, que foram “re-utilizados”, nomeadamente os relacionados com zonas mineiras. “Para nordeste, ocorrem jazidas com minério de estanho, havendo notícia de explorações antigas no sítio chamado Sardinhal.” (Lemos, 1993). No estado atual dos conhecimentos é difícil saber se este fenómeno de justaposição tem um significado cronológico ou se estamos perante povoados coevos em que o povoado de tipo D dependia directamente do povoado mais antigo. (Lemos, 1993)

Existem zonas em que não há povoados, segundo Lemos (1993), essas zonas seriam áreas de exploração comum. Ao longo de toda a história do território humanizado cresce

e complexifica-se o espaço doméstico de habitat (interior) que simultaneamente vai transmutando por contacto o espaço exterior (Mateus, 2004).

Capítulo III - O caso de Faílde

Faílde é uma freguesia que abrange o termo da aldeia de Carocedo que em 2013 devido às reformas administrativas passou a integrar-se na União de Freguesias de Parada e Faílde, com sede em Parada.

No início do século XIX era ainda vila e sede de concelho, constituído pelas freguesias de Faílde e de Carocedo, que hoje em dia é uma aldeia anexa da primeira.

A aldeia de Faílde ocupa uma área de 15 654 Km², tendo em conta o abandono das zonas rurais pode-se afirmar que Faílde tem a capacidade de fixar população, pois consegue ter 158 residentes. É uma aldeia próxima de vias de comunicação, encontra-se a 20 km da cidade de Bragança, e a 7 km da autoestrada A4, que liga Trás-os-Montes ao Porto.

A economia neste território é muito marcada com a produção de Castanhas, a criação de gado caprino, e bovino, preservando ainda algumas atividades rurais tradicionais.

Faílde vem do nome próprio Fagildus usado nos séculos X e XI. Em 1935 Faílde dava provas que era um local com ligações fortes ao passado, quando ao abrirem os alicerces para uma casa aparece uma lápide de granito, com texto epigráfico (Alves, 1975).

Este território tem um património arqueológico relevante cujos povoados estão dispostos no espaço de uma forma a que o percurso não seja monótono nem a nível de flora, nem a nível arqueológico, pois têm em média uma distância de 3 quilómetros entre eles. A criação deste percurso é uma forma de promover a freguesia de Parada e Faílde, e o concelho de Bragança, aumentando a oferta arqueológico-cultural, e demarcando a sua identidade e posição na proto-história local, dando oportunidade ao visitante de usufruir de uma paisagem monumentalizada.

No caso de Faílde vai ser trabalhado um ponto de consumo intermédio, aquele em que a arqueologia não perde o seu carácter científico e que o público geral pode usufruir, segundo a escala de consumo de Méndez referido anteriormente.

Relativamente aos tipos de turismo de natureza descritos por Gamito (2008) serão trabalhados os tipos “natureza soft” e “natureza hard”. As pessoas podem optar por irem para os locais indicados, simplesmente contemplar as paisagens com que fomos

brindados, ou organizar grupos para realizar o percurso pedestre e observar locais arqueológicos, aves, realizar atividades de educação ambiental, etc.

No termo da freguesia de Faílde e segundo Lemos (1993), encontram-se referências a cinco povoados proto-históricos: Alto do Carocedo, Cidadelha de Faílde, Fraga do Cavaleiro, Picoto de Faílde e Terronha de Faílde. O Alto do Carocedo enquadra-se no tipo A, a terronha de Faílde no tipo D. O que significa que os povoados de tipo A estariam a grande distância dos solos aráveis; e teriam pastagens limitadas, facto que ainda hoje é visível. Ao invés os de tipo D estavam junto a cursos de água, em faixas planálticas, com solos favoráveis ao cultivo de cereais. Com isto pode-se afirmar que os objectivos fundamentais destes povoados eram controlo geoestratégico, e acesso fácil aos recursos naturais respetivamente. O Alto do Carocedo terá sido posteriormente romanizado.

O estudo da distribuição espacial dos povoados proto-históricos e os diversos aspetos que os distinguem permite planear o seu acesso e visita pelo percurso pedestre que melhor permita explorar e interpretar a paisagem nas suas múltiplas vertentes, ecológica, histórica e social. Esta interpretação revelaria então que existem povoados de vários tipos e diversas formas de coexistência, com dois tipos de defesas, as naturais, e as artificiais, dependendo da sua localização; o picoto de Faílde será de defesa natural, situa-se num cume em esporão de vertentes escarpadas, dominante à ribeira de Penacal, e segundo Lemos (2013) é um povoado fortificado médio, enquanto a Terronha de Faílde será de defesa artificial, pois segundo Lemos (2013) as condições de defesa natural são fracas mas o posicionamento geo-estratégico é excelente, dominando vastos horizontes e uma portela.

Na paisagem de Faílde parece haver por parte dos povoados fortificados um distinto aproveitamento dos recursos hídricos como é o caso de Cidadelhe de Faílde, e em alguns casos dos recursos naturais de planalto, por exemplo: a Terronha de Faílde.

No caso de estudo não podemos afirmar que há um povoado de grandes dimensões, pois não há escavações que o possam comprovar, contudo e analisando apenas a paisagem podemos dizer que o Alto do Carocedo seria um povoado importante, pois tem uma grande bacia visual e através deste povoado consegue-se ter contato visual com mais três povoados, o Picoto de Faílde, Terronha de Faílde, e Fraga do Cavaleiro.

O mote para a realização deste percurso deverá ser: “Não trazer nada para casa, a não ser fotografias e saudades”.

III.1. O meio natural

A zona de Bragança a nível geológico é classificada por xistos verdes, rochas metabásicas, metaperidotitos, paragneisses e migmatitos e que incluem, também, rochas intrusivas ultrabásicas; granito em diversas zonas; depósitos do Pliocénico, distribuem-se em pequenas zonas, principalmente na sub-região oriental.

A vegetação é dominada por *Quercus pyrenaica* (carvalho), que revestem as serras e também as encostas íngremes de vale, *Castanea sativa* (castanheiro) que se distribui com alguma abundância na sub-região ocidental, principalmente em encostas e outras situações abrigadas; existem alguns povoamentos de *Pinus Nigra* (pinheiro) e *Betula Celtiberica* (videiros). Nos cumes das serras predominam *Erica australis*, *Erica tetralix* (urzes), *Chamaespartium tridentatum* (carqueja) e *Cistus spp* e *Genista spp* (giestas).

A agricultura nestas áreas é dominada pelo cereal de Inverno (centeio e trigo), que posteriormente entra em pousio para pastagem, ou em terras com melhores solos semeia-se a batata no Verão, muito beneficiada com o regadio, por vezes em algumas zonas o nabal e a cultura de couve podem ter lugar. A paisagem de Bragança (Figura 8) é definida na sua maioria por pastagens de vale (lameiros húmidos e secadais); cereal de Inverno e pousio/pastagens; souto e pecuária ovina e bovina.

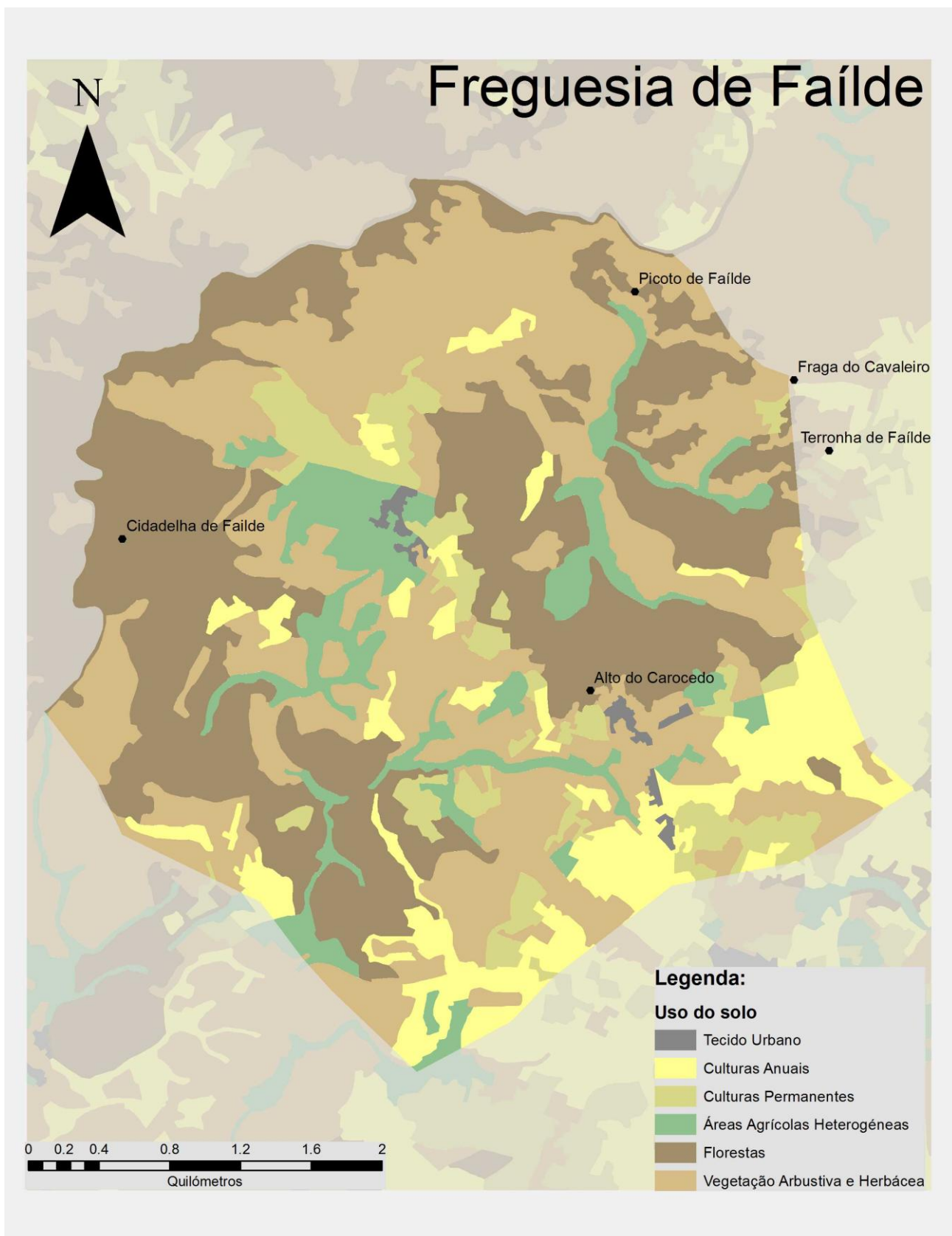


Figura 8- Mapa de Uso do Solo da Freguesia de Faílde. Fonte: Lemos, 1993

Esta zona a nível de clima é classificada como sendo uma região subcontinental. A região de Trás-os-Montes é formada por uma sucessão de planaltos que se mantêm sensivelmente quase por toda a parte a uma altitude uniforme que, variando entre os 700 e os 1 000 m, se situa geralmente entre os 700 e 800 m. Acima dos planaltos erguem-se montanhas caracterizadas por idênticos aspectos topográficos em que o eixo de culminação máxima corresponde à parte mais ocidental da província.

III.2 Traçado do percurso da proto-história de Faílde

Os sítios relativos aos povoados da proto-história são hoje espaços que na sua generalidade não têm ocupação humana a nenhum nível. São antes espaços naturais ou seminaturais e desta forma, locais com vocação para o turismo de natureza e respetivas atividades de lazer.

Com o estabelecimento dos percursos pedestres entre sítios de povoamento proto-histórico pretendemos aproximar-mo-nos da história mediante um esforço físico gratificante.

No delinear dos percursos há a ter em conta alguns aspetos para os tornar confortáveis e aliciantes. Por exemplo, um percurso não deve ter grandes oscilações de relevo, pois isso faz com que os participantes se cansem e percam o interesse pela experiência e informação, quer dos locais arqueológicos, quer da fauna ou da vegetação.

Para o percurso não se tornar monótono e desinteressante, o seu desenho deve ser sinuoso e combinar espaços complexos ao nível dos estratos vegetais – herbáceo, arbustivo, e arbóreo – proporcionando sombra e proporcionando um “efeito surpresa” que prenda assim atenção do utilizador do percurso e o torne mais agradável.

Para ser compreendida a importância da paisagem e por sua vez, protegida pelo homem, deve transmitir toda a dimensão da “percepção sensorial” do território observado pelo ser humano ao longo dos tempos (Mata Olmo, 2008). Na paisagem em causa, o afastamento entre os sítios arqueológicos, entre 2 e 5 quilómetros, apresenta-se como o ideal para o delineamento de percursos pedestres. Os sentidos mais importantes para a sua percepção são a audição e a visão. Através da audição e da visão torna-se perceptível o afastamento das populações e das principais vias de comunicação e pela visão, a vegetação adquire forma, e compreendem-se os locais descritos pela sua maior ou

menor naturalidade. São locais com uma elevada carga histórica que pode ser complementada com informação sobre o desenvolvimento do meio físico e da sua dinâmica ecológica e utilização humana.

A maioria dos povoados mencionados apresenta grandes bacias visuais mas a sua acessibilidade é complexa. Como refere Mata Olmo (2008), a paisagem constitui um ponto fundamental de encontro entre Objecto – Sujeito. O delinear do percurso procura proporcionar um ambiente de conforto para o pedestrianista, sem colocar em causa a importância da natureza e da arqueologia, e a da sua inter-relação.

III.3. Descrição do percurso e sua paisagem

O percurso proposto tem cerca de 17 km (figura 9), com grau de dificuldade fácil/médio, está previsto para uma duração entre 4 e 6 horas. Poderá assim ser planeado para ocupar uma manhã ou uma tarde no final da primavera e verão, ou mesmo todo o dia no caso do final de outono e inverno. Este percurso é uma base para a realização de percursos mais pequenos e quando solicitados percursos temáticos, no entanto, pode ser feito na sua totalidade, estando também adaptado para circuito de bicicleta todo terreno (BTT).

Este percurso é a ligação de cinco povoados que em conjunto criam um museu interpretativo ao ar livre, em que a peça principal é o povoado e a sua ligação com a paisagem. Desta forma a arqueologia traz uma renovação cultural, e faz com que as populações locais se reencontrem com a sua história. O percurso com partida e chegada, no Picoto de Faílde percorre o planalto de Parada – Izeda.

Inicia-se o percurso com um antagonismo, em que inicialmente existe um lameiro bem cuidado, onde com frequência se encontra o pastor com o seu rebanho de caprinos, para de seguida se ter a sensação do abandono do rural, ao deixar as pastagens verdejantes. Seguidamente ao contornar a primeira curva, rodeada por uma plantação de castanheiro e cerejeira que foi instalada mas que aparentemente está ao abandono, surge uma pequena mata composta por *Quercus ilex* e *Quercus pyrinaeca*. Alguns metros acima há uma plantação de Oliveiras (*Olea europaea* L.) bem cuidadas, sendo este um ponto de ampla visibilidade e um local distinto para a colocação de uma mesa interpretativa, no entanto fazer uma paragem neste ponto do percurso pode comprometer a continuação da subida, uma vez que se trata de um local com uma inclinação acentuada. Observa-se

também o Carvalho Americano (*Quercus rubra*), possivelmente aqui colocado aquando da reflorestação, sendo o seu desenvolvimento mais vigoroso do lado direito do caminho, o que evidencia que nesta zona deve haver uma diferença a nível de recursos

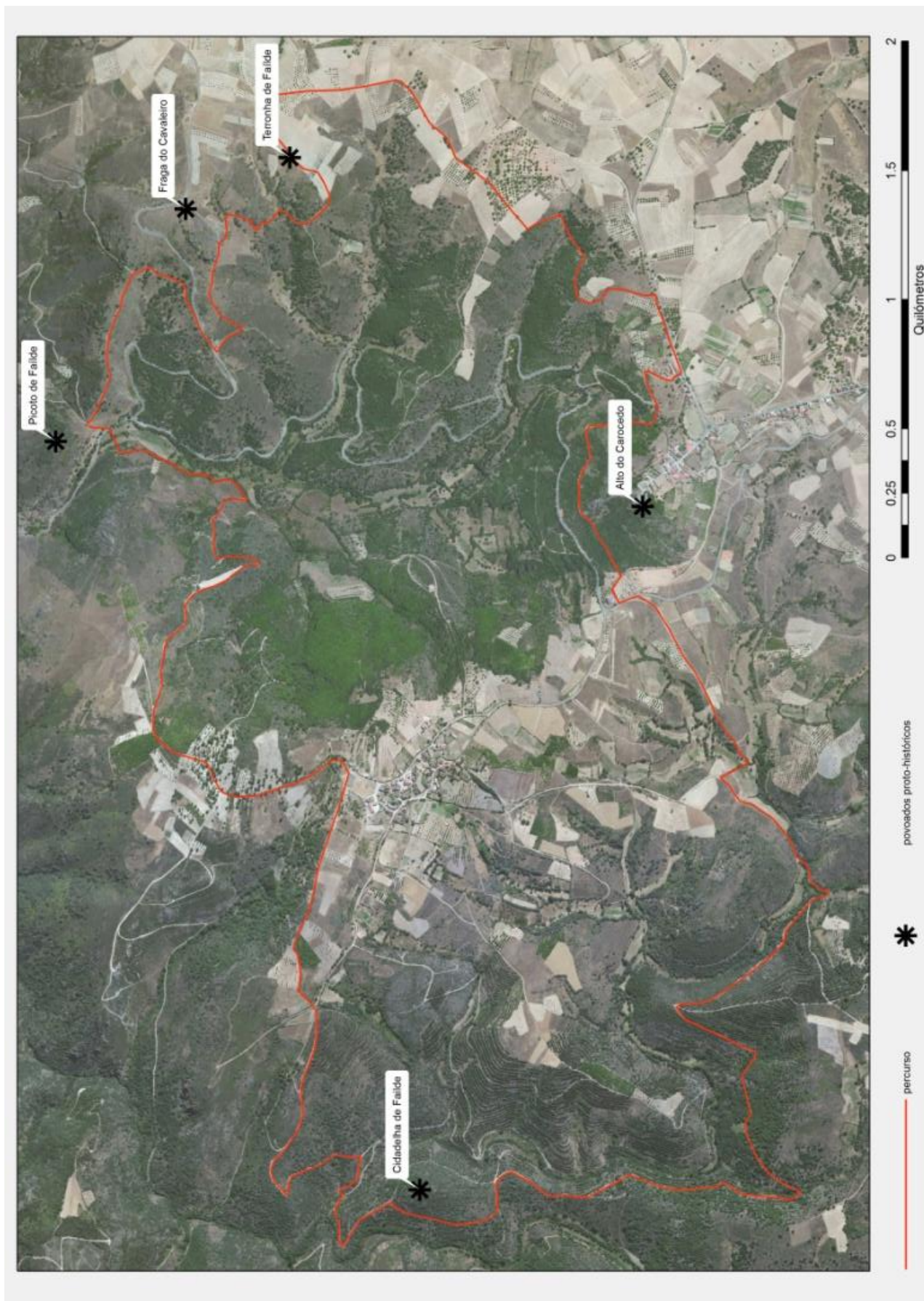


Figura 9 – Percurso arqueológico da aldeia de Faílde.

no solo. Passamos por um mato em que o Carvalho Negral (*Quercus Pyrenaica*) e a Azinheira (*Quercus Ilex*) se misturam, onde aparecem castiçais grandiosos e devido á sombra e á aragem que ali corre sugere-se que se coloque ai um banco para descanso.

Passa-se neste momento para a matriz agricola em que aparecem souts, com exemplares bastante vigorosos, havendo alguns com sinais de doença/praga. Neste momento passa-se ao lado do Polidesportivo de Faílde continuando o percurso ladeado por zonas agrícolas.

Passa-se agora para a paisagem de mato rasteiro e Pinhal (*Pinus Pinea*), descendo até ao rio, local em que se deveriam instalar bancos de descanso, dai circunda-se a Cidadelhe de Faílde, um povoado que se encontra entre dois biomas, o Orensano-sanabriense e o Supradistrito Miranda-Borges-Ansiães.

Nesta fase, o som da água da ribeira do Penacal (figura 10) que acompanha o percurso, transmite ao caminhante uma tranquilidade e uma paz absoluta. Segue-se uma mata de pinhal (*Pinus Pinea*) possivelmente mandado plantar num momento de reflorestação, visto estarmos na presença de uma grande área ardida. Segue-se uma floresta com castanheiros (*Castanea Sativa*), que pela sua envergadura serão centenários, carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) e mato rasteiro; nesta zona devido ao conforto físico proporcionado pela sombra é um bom local para implantar um banco de descanso. Segue-se uma zona de pinhal serrado com uma bifurcação onde deveria ser colocada uma mesa interpretativa, pois é um local de boa visibilidade.



Figura 10 – Ribeira do Penacal.

Continua-se numa zona de Pinhal denso, até uma zona ripícola com um lameiro, local onde sugiro a colocação de uma infraestrutura de pic-nic devido as condições de iluminação solar favoráveis. Surgem matos mistos de castanheiro (*Castanea Sativa*) e carvalho negral (*Quercus Pyrenaica*) que culminam num corredor ripícola com salgueiros (*Salix atrocinerea*), e zonas de pastagem, onde se sugere a colocação de um banco de descanso.

Neste momento entra-se na matriz agrícola, que só será abandonada quando já nos encontrarmos na área de influência delimitada do alto do Carocado, de floresta natural, com pouca humanização. Segue-se a matriz agrícola com Souto, Olival e algumas parcelas de sequeiro chegando à Terronha de Faílde, passando a um bosquete onde é uma mais valia colocar uma mesa interpretativa uma vez que é um local de boa visibilidade dada a proximidade do povoado.

Continua-se o percurso em direção à Fraga do Cavaleiro que dista do povoado anterior cerca de 500 mts e cuja paisagem é baseada em carvalho negral (*Quercus Pyrenaica*), azinheira (*Quercus Ilex*) e afloramento rochoso que se mantém até ao término do percurso no Picoto de Faílde.

O percurso é realizado em caminhos rurais não havendo necessidade de abrir caminhos novos, e interferir nos ecossistemas.



Figura 11 – Área de Castinçal, com grandes quantidades de cogumelos perigosos (alucinogénios).

A existência de bastantes curvas causa um “efeito surpresa” e provoca menos cansaço; ao longo do percurso há locais com cogumelos alertando-se para o cuidado na sua recolha, pois existe uma grande quantidade de cogumelos venenosos (figura 11).

III.4. Sobre a narrativa para a sua interpretação

A leitura de uma paisagem é obrigatoriamente diacrónica, ou seja, ainda que nos encontremos num determinado período histórico, só chegamos a ele por sucessivas “filtragens” que nos permitem colocar itens em contexto espacial e temporal, entendendo os vínculos invisíveis, o discurso do porquê deve ser feito de forma visível (Valle, 2001).

A ligação arqueologia – paisagem é cada vez mais usada, dando forma para estudar a arqueologia em diferentes escalas (figura 12). Esta fusão veio dar uma nova ênfase ao estudo dos povos proto-históricos que seguiam critérios específicos para a implementação dos seus povoados.

Existe todo um conjunto de relações que ajudam a descobrir esses critérios e a interpretar a distribuição e localização dos povoados e as suas relações topológicas que permitem por sua vez, delimitar os sítios que os povos proto-históricos poderiam usufruir. Por exemplo, os povoados que se encontram em esporões podem ser delimitados da sua portela até à linha de água, tendo em conta as curvas de nível, e assim estabelecer as relações corológicas da rede de povoados que os povos proto-históricos criaram no concelho de Bragança. Como refere Carballo Arceo, (1995). os factores de localização não são escolhidos de forma aleatória, visto que há uma procura do lugar em função de uma posição. Neste estudo, a distância média entre os povoados situa-se entre 2 e 5 quilómetros, o que nos leva a pensar que em alguns casos, as interações entre eles seriam quotidianas, especialmente nos casos de povoados com aptidão agrícola. É suposto que entre os povoados existisse naturalmente competição, quer por territórios, quer por recursos cinegéticos, água, entre outros. No entanto, quando existe a tal interação quotidiana, estamos perante uma relação de cooperação entre dois povoados e não de competitividade, uma vez que o povoado que tivesse uma área de aptidão agrícola, poderia ceder parte do seu uso ao outro para cultivo, enquanto o outro que tivesse por exemplo aptidão pastorícia, poderia ceder as pastagens.



Figura 12 – Alunos de Engenharia do Ambiente analisando a paisagem de um povoado proto-histórico – Castro Mau, Bragança.

Todo o percurso se encontra no setor Orensano-Sanabriense, no entanto existe uma área no povoado de Cidadelhe de Faílde (figura 13) que engloba também o Superdistrito Miranda-Bornes-Ansiães.



Figura 13 - Área de influência do povoado de Cidadelhe de Faílde.

A revista Quercetea (1998), define o setor Orensano-Sanabriense como sendo um território supramediterrânico sub-húmido a húmido à excepção dos terraços aluvionares mesomediterrânicos do Rio Tâmega, na Veiga de Chaves. No distrito de Bragança integra as Serras da Coroa, Montesinho e Nogueira, o planalto da Alta Lombada e o

extremo norte dos concelhos de Vimioso e Miranda do Douro. Este setor beneficia de numerosas plantas que se distribuem ao longo de uma via migratória resumidamente constituída pelo sistema Pirenaico-Cantábrico, Picos de Europa, Montes Aquilianos, Montes de León, Sierra de Cabrera e Sierra de S.Mamed em Espanha. O Superdistrito Miranda-Bornes-Ansiães é uma área mesomediterrânica sub-húmida a húmida e posiciona-se geograficamente no vale do Rio Sabor desde o Cabeço das Freiras até um pouco depois de Izeda, o planalto entre o Monte de Morais e a Serra de Nogueira, a Serra de Bornes e o planalto de Ansiães.

III:5. Sobre os elementos, materiais e equipamentos para a sua fruição

Os percursos pedestres devem ser planeados por forma a chegarem ao respetivo público-alvo com uma narrativa de acordo com o espaço percorrido. Combinando a arqueologia com a paisagem envolvente é possível a criação de parques arqueológicos em meios rurais, tal como aconteceu na zona de Boticas com a criação do Parque Arqueológico do Vale do Terva (PAVT) (figura 14).



Figura 14 – Vista do Parque Arqueológico do Vale do Terva.

“De acordo com Luís Fontes, professor da Universidade do Minho (UM), estes vídeos [“PAVT – Parque Arqueológico do Vale do Terva”, “O Bom Pastor”, “Pão Nosso de Cada Dia”, “Abre o Teu Porco, Conhece o Teu Corpo”, e “Bobadela Romana”]

pretendem documentar a actividade destas pessoas, e o modo como se relacionam com a terra. “Procuramos retratar a ideia do parque nas paisagens e nas pessoas”³

O parque arqueológico pretende ser uma unidade de gestão da paisagem cultural, incorporando infraestruturas de visitação (Fontes, 2013).

Os parques arqueológicos, são parques abertos, dinâmicos com grande valor cultural para a região e que posteriormente podem trazer valor e desenvolvimento económico, podem apoiar todo o tipo de públicos, desde o científico, ao pré-escolar que aí encontra o primeiro contato com a arqueologia, com a fauna e flora; sendo objetivo primordial a fruição da paisagem, a observação do património *in situ*, e promoção do território abrangido através de percursos pedestres.

Esta forma de “museu” é visto como uma nova abordagem da arqueologia em que tem que se dar ênfase ao visível (ruínas, fragmentos, etc), e ao invisível. Quando nos deparamos com o invisível é mais complicado porque exige um esforço extra de forma a prender a curiosidade do turista sénior, ou júnior.

A elaboração de material de apoio deverá seguir critérios para que esses materiais não se tornem “ruído” para o local onde vão ser colocados. A colocação de sinalética requer que posteriormente se faça a respectiva limpeza, de modo a que o crescimento da vegetação, ou qualquer outra alteração de causa ambiental, não prejudique a visita do percurso.

A simbologia utilizada costuma ser: caminho certo, caminho errado, e mudança de direcção (figura 15) A indicação “Caminho certo” deve ser colocada no início e ao longo de todo o percurso (distância inferior a 50 m dos painéis informativos, menos de 50 m para confirmar mudanças de direcção). O totem⁴ que indique “mudança de direcção” deve estar imediatamente antes do cruzamento (menos de 30 m dos cruzamentos e bifurcações). A marcação de “Caminho Errado” deve ser colocada à entrada dos caminhos a evitar (menos de 30 m) (Braga, 2007 em FCMP, 2006).

³<http://www.tvregioes.com/boticas-1o-coloquio-pavt-apresenta-videos-com-tradicoes-das-aldeias-da-regiao/>

⁴ Peça identificativa da direcção do percurso



Figura 15 - Marcas usadas nas Pequenas Rotas. (Fonte: Braga, 2005).

Os totens de sinalização (figura 16) devem estar a 75/80 cm de forma a ser visível para os pedestrianistas. Os que fazem referência ao caminho certo devem estar distribuídos de 50 m em 50 m; a mudança de direção deve-se encontrar a cerca de 30 m antes da bifurcação; o indicador de caminho errado deve estar colocado menos de 30 m do caminho a evitar.



Figura 16 – Totem de sinalização de percurso. (Fonte: <http://montanha-sempreaqui.blogspot.pt/>).

Para uma sinalização correta devem ser implementados painéis explicativos, no início e no final do percurso, para dar informações sobre a duração, grau de dificuldade, aspectos culturais e sociais da região, e uma breve explicação arqueológica.

Neste caso, torna-se necessário colocar um painel informativo em cada povoado. Estes devem ter: nome do povoado, demarcações cronológicas, tipo do povoado e a respetiva descrição e ilustrações de possíveis reconstruções históricas, para que o pedestrianista tenha maior percepção sobre o que está a observar.

O recurso a mesas interpretativas (figura 17) permite a quem visita estes povoados, ter uma percepção sobre como se dispunham e distribuíam na paisagem. Este tipo de

mobiliário pode também ser desigando de leitor de paisagem, a sua colocação em zonas de interesse geológico, da fauna, é bastante útil, como neste caso arqueológico. No caso de estudo é importante colocar as mesas interpretativas, dando primazia, às que são em relevo, pois essa configuração irá ajudar á interpretação da paisagem, e à percepção da relação homem-natureza.



Figura 17 – Mesas interpretativas. (Fonte: <http://www.geoturismo.es/>).

Os locais de pic-nic (figura 18) são indispensáveis em zonas de percursos pedestres, além dos pedestrianistas terem que repor energias, as motivações nem sempre são as mesmas e pode haver quem simplesmente planeie “comer no campo”. Estas zonas têm que ter uma bacia visual agradável, podendo assumir a aparência de miradouro. Os locais de pic-nic têm necessariamente que estar equipados contendo: mesas, bancos, zona de fogo com sistema anti-faúlhas, que devem ser construídos em pedra da região; e o WC nunca pode estar afastado da zona de pic-nic mais que 15/20 metros, e a coloração convém que seja semelhante à da vegetação. Estes pormenores são de extrema importância para que todos os equipamentos inseridos na natureza não choquem quem a vai visitar.



Figura 18 – Local de pic-nic. (Fonte: <http://www.floema.pt/>).

A nível de mobiliário convém colocar bancos de 1,5 km a 1,5 km de forma a existirem pontos de descanso, devem estar colocados junto à passagem do percurso, e em zonas de sombra.

A instalação de sinalética e mobiliário é um projeto complexo e inacabado, pois posteriormente à sua colocação é necessário conservá-los repor ou refazer os conteúdos (informação desatualizada, e/ou dados novos), bem como substituir estruturas e painéis vandalizados ou deteriorados.

Hoje em dia existe uma grande variedade de matérias para os equipamentos, no entanto e na minha opinião, o melhor é o plástico compósito 100% reciclado porque não apodrece e como tal os fungos e parasitas não atacam. Tem uma elevada durabilidade comparativamente à madeira e a nível estético é bastante agradável, ou seja, não choca o visitante.

Visto que a escola primária de Faílde não se encontra com nenhuma atividade, sugeria que fosse recuperada, e desta forma se desenvolvesse um centro de interpretação de paisagens monumentalizadas como sendo uma infra-estrutura de apoio ao percurso, Seria portanto um centro de interpretação, onde seria possível encontrar informação detalhada, como a que consta no anexo 1 e no mapa da figura 8 e maquetes interpretativas que posteriormente seriam desenvolvidas.

Em termos informáticos é hoje possível fazer o percurso/visita virtual desde casa, embora não se tenha a mesma preceção do local, é no entanto uma alternativa a quem não se pode deslocar (incapacidade motora, distância do local, etc) e gostaria de conhecer.

Desta forma o recurso a sistemas de tipo webSIG, com o delineamento e a sua narrativa incluída, permitiriam chegar a cada sítio e ouvir a sua explicação, quer a nível da paisagem, quer ao nível arqueológico; da mesma forma, também seria possível preparar antes de ir para o campo, familiarizar-se com o território, e recolher informação que facilite a interpretação do território no momento da realização do percurso.

Embora em Portugal nos encontremos a dar os primeiros passos neste tipo de actividades, a nossa vizinha Espanha está bastante evoluida nestes aspectos. Um dos exemplos mais próximos é o do povoado de Viladonga em Lugo que tem ao dispor do

visitante maquetes interativas, que cativam qualquer idade, e que despertam a curiosidade sobre as tarefas levadas a cabo pelos homens da proto-história e que permitem que à distância de um clique, se façam viagens multimédia que permitem a qualquer pessoa conhecer o povoado e o respetivo museu.

As necessidades especiais dos visitantes também não são esquecidas e para melhorar o acesso ao interior do povoado recorre-se a uma rampa que facilita a passagem tanto das pessoas com dificuldades de mobilidade em cadeiras de rodas, como carrinhos de bebé, imprescindível para uma acessibilidade total ao sítio⁵. Em Portugal e no que diz respeito a visitas multimédia, a Citânia de Briteiros em Guimarães pode ser visitada virtualmente através de um site da Universidade do Minho com uma breve explicação, ainda que bastante incipiente, de todos os pontos de interesse deste sítio. De igual modo, ao contrário do Povoado de Viladonga que melhorou o acesso ao povoado, a Citânia de Briteiros tem nesse aspeto ainda bastantes barreiras. “As áreas protegidas podem também constituir um factor de desenvolvimento local e pólo de atracção regional” (Gamito,2008).

No entanto o património que se encontra fora de áreas protegidas pode ter proteção por parte das populações locais de forma a preservarem aquilo que lhes pertence, desenvolvendo o turismo e o interesse científico. A melhor forma de sensibilizar os locais a preservar e proteger aquilo que lhe pertence é através da informação e da divulgação de maneira a que sintam que o património lhes pertence.

⁵ <http://castrodeviladonga2013.wordpress.com>

Conclusão

Num momento em que o “turismo arqueológico” se encontra numa fase de expansão, torna-se fundamental o recurso às suas mais-valias para enriquecer projetos de lazer e fruição da paisagem. No caso concreto de Trás-os-Montes, este território tem sido objeto de estudo, mobilizando diversos investigadores para o estudo dos recursos que tornaram possível a implantação dos povoados proto-históricos, nomeadamente do povo Zoela, e posteriormente a sua reutilização na época romana e medieval.

Os locais em causa são sítios de vegetação natural ou seminatural, numa paisagem de grande valor e muito aprazível. A distância média entre os povoados permite interpretar as suas relações de competição e também as suas interações quotidianas. Pela sua dificuldade de acesso, os percursos pedestres interpretativos devem ser adaptados para pessoas com mobilidade reduzida ou carrinhos de criança, tal como já acontece em situações similares na vizinha Espanha.

O caso de Faílde é paradigmático relativamente à temática e abordagem exploratória que desenvolvemos neste trabalho. Trata-se de uma comunidade que não constando dos principais roteiros de visitação do concelho de Bragança, seja pelo seu patrim nio natural, seja pelo seu patrim nio cultural, encerra afinal uma riqueza significativa nessas duas vertentes de grande valor: bosques autóctones em grande extensão e de grande maturidade – azinhais e carvalhais – juntamente com uma elevada densidade de referências a povoados proto-históricos suscetíveis de configurar exercícios bastante estimulantes de interpretação da paisagem.

Concluindo, o turismo arqueológico vem acrescentar mais valor   beleza natural da nossa paisagem rural, reconhecida agora pelo movimento do homem neste espaço ao longo dos tempos.

Bibliografia

Aguiar, C., & Pinto, B. (2007) *Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média*, em J.S. Silva (eds.), *Floresta e Sociedade*, vol. VII, Coleção Árvores e Florestas de Portugal, Lisboa, Jornal Público/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Liga para a Proteção da Natureza, pp. 15-53

Aguiar, C., Rodrigues, O., Azevedo, J., & Domingos, T. (2010) *Montanha*. In: Pereira, H.M., Domingos, T., Vicente, L. Ev. Proença (eds.) *Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Resultados da Avaliação do Milénio para Portugal*. pp. 295-339. Escolar Editora.

Alves, Francisco Manuel. *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, ou, Repositorio amplo de noticias chorographicas, hydro-orographicas, geologicas, mineralogicas, hydrologicas, bio-bibliographicas, hiralgicas, etymologicas, industriaes e estatisticas interessantes tanto á historia profana como ecclesiastica do distrito de Bragança: Arqueologia e etnografia (2a. Vol. 10. Tip. Académica, 1975.*

Alves, J., Espírito-Santo, M. D., Costa, J. C., Capelo, J., & Lousã, M. (1998). *Habitats naturais e seminaturais de Portugal Continental*. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa.

Barranhão, H.; & Tereso, J. (2006) – *A Terronha de Pinhovel na civitas zoelarum: primeira síntese*. Cadernos Terras Quentes, nº3, pp. 7-26.

Betrán, A. O., & Betrán, J. O. (1995). *Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos*. Apunts: Educación física y deportes, 41, pp. 108-123.

Betran, J. D. O. (1995). *Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: análisis sociocultural*. Apunts: Educación Física y Deportes, 41, pp. 5-8.

Braga, T., 2007. *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*. Amigos dos Açores – Associação Ecológica. Picos dos Açores.

Burnay, Maria João B. M., Portugal, Ana Mafalda C. (2010) *A Família Real na Ajuda no século XIX e o gosto pela Natureza. Património - Estudos*, nº8, IPPAR, Ministério da Cultura, Lisboa.

- Carballo Arceo, L. X. (1995). *O Espaço na Cultura Castreja Galega*. pp. 63-86.
- Cardoso, I. L. (2013). *Paisagem e património: aproximações pluridisciplinares*. Porto; [Évora, Portugal]: Dafne ; Chaia, Universidade de Évora.
- Castro, J. (2012). *A fruição do silvestre: o caso do Monte de Morais*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto.
- Costa, J. C., Aguiar, C., Capelo, J., Lousã, N., & NETO, C. C. 1998. *Biogeografia de Portugal Continental. Quercetia. Vol. 0*.
- Cunha, L. (2010). *A definição e o âmbito do turismo: um aprofundamento necessário*.
- Fontes, L., Osório, B., & Alves, M. (2013). *O projeto PAVT (Boticas, Portugal): estudo, valorização e divulgação de uma paisagem cultural*, in *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 213-217.
- Forman, R. T. (1995). Some general principles of landscape and regional ecology. *landscape ecology*, 10(3), pp. 133-142.
- Gamito, T. M. (2008). *Áreas Protegidas: Factor de desenvolvimento local e pólo de atracção regional*. Seminário sobre Áreas Protegidas na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Maputo.
- Luque Gil, A. M. (2003). *La evaluación del medio para la práctica de actividades turístico-deportivas en la naturaleza*. Cuadernos de Turismo, nº 12, pp. 131-149.
- Blázquez i Salom, M. (1999). *Recreo al aire libre y conservación de la naturaleza en Europa occidental*. *Ería*, nº49, pp. 203-211.
- Lemos, F. S. (1993) *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Universidade do Minho, Braga.
- Manzato, F. (2005). *Turismo Arqueológico: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul, Universidade de Caxias do Sul.

Mata Olmo, R. (2008). *El paisaje, patrimonio y recurso para el desarrollo territorial sostenible. Conocimiento y acción pública. Arbor, 184 (729), pp. 155-172.*

Mateus, J. E. (2004). *Território Antigo. Estudos do Patrimônio, nº 7, pp. 36-44.*

Méndez, M. G. (1996). *El ocio y el reciclado: la conversión del vestigio arqueológico en producto de consumo. PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, nº 14, pp. 24-27.*

Orejas Saco del Valle, A. (2001). *Los parques arqueológicos y el paisaje como patrimonio. Arqueoweb: Revista sobre Arqueología en Internet, n 3(1).*

Piucco, T. (2005). *A sociedade capitalista e a crescente busca pelas atividades naturais de lazer. Revista Digital. Buenos Aires, nº89.*

Pröbstl, U., Elands, B., & Wirth, V. (2009). *Forest recreation and nature tourism in Europe: context, history and current situation. European Forest Recreation and Tourism: A Handbook. Taylor and Francis, UK, pp. 12-32.*

Rutherford, J., Kobryn, H., & Newsome, D. (2014). *A case study in the evaluation of geotourism potential through geographic information systems: application in a geology-rich island tourism hotspot. Current Issues in Tourism, pp. 1-19.*

Serôdio, A. (2012). *As atividades de natureza e lazer como fator de desenvolvimento. Motricidade, vol. 8, Supl. 2, pp. 228-231.*

Silva, A. C. F. (1995). *A evolução do habitat castrejo eo processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C. Revista da Faculdade de Letras. Historia, (12), pp. 505-546.*

Veloso, T. P. G., & Cavalcanti, J. E. A. (2007). *O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. Revista de Arqueologia, nº20 pp. 155-168.*

Webgrafia

URL: <http://montanha-sempreaqui.blogspot.pt> acedido a 13-11-2014

URL:<http://www.geoturismo.es> acedido a 13-11-2014

URL: <http://www.floema.pt> acedido a 13-11-2014

ANEXOS

ANEXO 1

- Faílde -

Faílde

Informações:

União das Freguesias de

Parada e Faílde

Área de Faílde: 15 654 Km²



Actividades económicas: Agricultura, criação de gado.

Património: Igreja matriz, cruzeiro, capelas de Nossa senhora da Conceição e de s. Sebastião, fonte de mergulho e igreja de Nossa Senhora da Assunção.

Outros locais: Zona de Paisagem natural, e arqueológica.

Extensão do percurso pedestre (aprox.): 17 km

Duração: 4 a 6 horas

Dificuldade: Média

Tipo de Percurso: Circular

ANEXO 2

- Povoados -



Povoado: Alto do Carocado

Tipo de Povoado: Tipo A

Cronologia: Idade do Ferro/ Romanização

Vegetação envolvente: Zona Rochosa, encontra-se na zona da capela e do cemitério da aldeia de Carocado.

Vestígios: de romanização, fragmentos de tegulae e de tijolos.



Povoado: Cidadelha de Faílde

Tipo de Povoado: Tipo E1

Cronologia: Idade do Ferro

Vegetação envolvente: Área de azinheiras, carrascos, estevas e giestas

Vestígios: Uma linha de muralha subcircular.



Povoado: Picoto de Faílde

Tipo de Povoado: Tipo E1

Cronologia: Idade do Ferro

Vegetação envolvente: Área de lameiros, giestas, e azinheiras.

Vestígios: Uma linha de pedra partida em xisto.



Povoado: Fraga do Cavaleiro

Tipo de Povoado: Tipo A

Cronologia: Idade do Ferro/Romanização

Vegetação envolvente: Zona de cultivo de Cereal.

Vestígios: Restos de muralha em pedra partida, e indícios ténues de romanização



Povoado: Terronha de Faílde

Tipo de Povoado: Tipo D

Cronologia: Idade do Ferro

Vegetação envolvente: Área de vegetação arbustiva e de cultura de cereal.

Vestígios: Restos de muralha em pedra partida de xisto, fragmentos de cerâmica de fabrico manual.